

# ANALISE DE ENUNCIADOS EM JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX: A QUESTÃO DA ABOLIÇÃO

Mozart Dantas da Silva Xavier (UFRN)  
mozarthistoriador@yahoo.com.br

Sulemi Fabiano Campos (UFRN)  
sulemifabiano@yahoo.com.br

## 1. Introdução

Os periódicos, especialmente os jornais, são fontes históricas. Essa afirmativa soa de modo natural aos ouvidos de qualquer historiador. Confeccionados com o intuito de promover a circulação da notícia, os jornais carregam bem mais do que isso. Utilizados como locais de propagação de ideias, mentalidades, concepções e visões de mundo, não podemos negar sua participação em grandes acontecimentos históricos, sejam eles de natureza política, econômica, social etc.

Em meados do século XIX no Brasil, acirravam-se os debates acerca da lei que colocaria fim ao sistema escravista no país. Tais discussões se propagavam em vários locais, nos clubes republicanos, nas universidades brasileiras e europeias, até nas tabernas. As vozes que ecoavam nesses locais pertenciam às grandes figuras políticas, intelectuais e econômicas da época. Jornalistas, fazendeiros, políticos, bacharéis, toda essa elite detentora do monopólio do capital e do conhecimento debatiam acerca desse assunto.

Interessante observar que muitas dessas figuras proeminentes financiavam ou eram proprietários dos periódicos. Tendo tais veículos midiáticos nas mãos, muitos desses indivíduos levavam suas opiniões e olhares para as páginas publicadas. Os discursos presentes nesses periódicos tinham como objetivo primordial persuadir o leitor. Argumentando favoravelmente ou não, a questão da abolição ganhava cada vez mais espaço nos números publicados. Por volta das últimas décadas do século XIX, a presença de notas tratando da temática surpreende qualquer pesquisador.

Tendo isso em vista, este artigo pretende analisar os enunciados presentes nos jornais do século XIX, procurando detectar as várias vozes desses enunciados, se há diálogo entre elas e o modo como tais diálogos ocorrem. A questão da heterogeneidade também será focada nessa pesquisa. Como o discurso do outro é apresentado? É marcado ou não? Tentaremos também traçar o perfil do grupo ou dos grupos sociais que custeavam a publicação desses jornais, assim como o posicionamento desses grupos frente as discussões das leis abolicionistas.

Os enunciados selecionados foram colhidos em periódicos pertencentes ao acervo digitalizado da Fundação Biblioteca Nacional. A seleção seguiu um critério léxico e espacial. Quanto ao primeiro deles, procuramos enunciados que tivessem palavras que marcassem o discurso do autor dando ao enunciado marcas pessoais. O segundo critério se voltou para a questão da localidade do periódico. Selecionamos periódicos de várias províncias, não concentramos naquelas próximas ou que compunham o centro do poder da época – atual região sudeste -, mas as localidades mais distantes, especificamente o Ceará, por ter sido a primeira província a aderir as ideias abolicionistas. Apontamos esse viés com o objetivo de perceber se os discursos se aproximavam ou se afastavam, ou seja, mesmo a distância entre os locais de publicação

existiam diálogos entre esses periódicos? As vozes formavam um discurso uníssono ou divergente?

A pesquisa tem se mostrado muito relevante, pois aborda uma investigação científica que trata do dialogismo, como também do conceito de heterogeneidade presentes nos enunciados de jornais do século XIX. Essa particularidade se aprofunda ainda mais ao abordarmos a questão da regulamentação dos instrumentos normativos que intentavam por fim ao regime escravocrata no Brasil. Nossa pesquisa segue uma tendência atual, pois trata da aproximação entre a ciência história e a linguística, especificamente a análise do discurso.

Abordaremos também a concepção dos periódicos como fontes históricas. Os modos de pensar a produção do saber histórico mudaram bastante nas últimas décadas, especialmente com o advento da Escola dos *Annales*. Movimento que surgiu na França como resposta ao pensamento historicista e positivista da História, Os *Annales*, como é mais conhecido esse modelo, foi uma ruptura no modo de produzir o saber histórico. Um dos reflexos dessa ruptura foram as novas fontes de investigação. Os periódicos ganharam mais espaço nas discussões da academia se tornando objetos de várias pesquisas em diversas áreas.

## **2. Algumas considerações acerca dos conceitos**

A pesquisa foi balizada em algumas teorias. Trabalhamos os conceitos de dialogismo e heterogeneidade.

Em seus estudos, Bakhtin (2000) abordou a concepção de reação/compreensão ativa que representa bem o movimento dialógico da enunciação. Dentro dessa concepção, o locutor promove a enunciação a partir do pressuposto de que existe um interlocutor, que deve reagir por meio de uma atitude responsiva, se colocando no lugar de seu ouvinte. Por outro lado, ao recebermos uma enunciação significativa, projetamos réplicas, que podem ser de concordância, ação, apreciação etc.

Para o iminente teórico, o dialogismo é o princípio fundador da linguagem. A linguagem é dialógica, seja ela qual for, dessa forma todo enunciado é sempre um enunciado construído por um locutor e dirigido para seu interlocutor. Portanto, toda linguagem é reflexo de um acontecimento social.

O dialogismo, olhado por outro viés, afirma que um texto sempre responde ou procura responder outro texto, ou, pelo menos, englobar as vozes de outros discursos externos. Podemos afirmar que isso é uma interdiscursividade.

A questão da enunciação também é algo primordial na teoria bakhtiniana. O indivíduo ao utilizar a língua, trabalha na forma de enunciados. Segundo Bakhtin (2000, p. 279-287), quando o locutor utiliza a língua numa determinada esfera da atividade humana, ele o faz sob a forma de “enunciados (orais e escritos) concretos e únicos” que passam a refletir as condições específicas e as finalidades de cada uma delas. O enunciado é tomado, pois, como “a unidade real da comunicação verbal”, definição essa que o aproxima da concepção atual de texto.

O conceito bakhtiniano de dialogismo, para ser compreendido na sua real dimensão, se faz necessário trazer para o debate o princípio da heterogeneidade, a concepção de que a linguagem é heterogênea. Por outras palavras, podemos pensar que o discurso é construído a partir do discurso do outro, que é o “já dito” sobre o qual qualquer discurso se constrói.

A heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A primeira é aquela que não se mostra no fio do discurso; já a segunda é a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade.

Segundo Authier-Revuz (*apud* BRAIT, 2000), a heterogeneidade mostrada pode ser marcada por diversos mecanismos, chamados de marcas linguísticas. Temos os discursos direto e indireto, a negação, as aspas, dentre outros, que denunciam a presença do outro explícito. As formas marcadas podem ser recuperadas, quanto a isso vejamos:

das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso, passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21).

Na heterogeneidade constitutiva, o outro está inscrito no discurso, entretanto sua presença não é demarcada de modo explícito. Para Authier (*apud* RECHDAN, 2004), a heterogeneidade constitutiva tem um caráter não-representável, não localizável, próprio da ordem real de formação do discurso. A heterogeneidade constitutiva é apropriada por meio da memória discursiva de uma dada formação social.

### 3. Análise dos dados

A seguir analisaremos os enunciados presentes nos trechos escolhidos dos jornais. Dividimos esse momento em dois *corpus*.

#### 3.1. Corpus 01

O trecho a seguir foi extraído do jornal o Baepedyano, publicado no dia 5 de junho de 1884:

Continua o movimento dos **lavradores** para oporem-se aos excessos da propaganda abolicionista; e de se esperar que em breve se manifeste unânime esta classe nesse sentido.

**A classe comercial**, identificada com ela de interesses, a acompanha.

A ocasião não poderia ser mais oportuna, porque o parlamento está reunido e pode tomar as providências que exige o grave estado de coisas em que nos achamos.

[...]

E o que se verá da peça que publicamos e para qual chamamos atenção de nossos leitores, deixando para outra ocasião as reflexões que nos sugere este **gravíssimo** assunto, em que estão envolvidos grandes interesses **públicos e particulares**.

No primeiro parágrafo, encontramos o léxico: lavradores. No enunciado, a voz afirma que existe um movimento organizado por esses indivíduos que se opõem aos excessos da propaganda abolicionista. O uso desse léxico tem o objetivo de afastar o grupo que realmente se opõem ao abolicionismo. Os fazendeiros, especialmente eles que se opunham ao abolicionismo. Na visão deles, a lei daria um golpe em suas fortunas já abaladas, além disso, a provável indenização oferecida pelo império por ocasião da regulamentação do fim da escravatura não recuperariam seus investimentos nos escravos. Emília Viotti da Costa, em sua obra intitulada *Da monarquia a República*, explica de modo claro como se dava essa oposição ao fim do regime escravocrata, como podemos ver:

Os fazendeiros do café do Vale do Paraíba expressavam assim, por intermédio dos seus representantes da Câmara, sua oposição a lei que dar um golpe de morte em suas fortunas já abaladas. Para eles, a abolição sem indenização representaria um golpe do qual dificilmente se recuperariam (2008, p. 10).

Como vimos em Viotti, eram os grandes proprietários e algumas parcelas da elite que se posicionavam desse modo, e não os lavradores. Portanto, no enunciado do jornal, o grupo dos lavradores não correspondia aos verdadeiros contestadores – os fazendeiros.

Quanto ao uso do léxico *excessos*, o locutor usa uma modalidade apreciativa. Segundo Bronckart (1999, p. 332) essas modalidades são constituídas como modo de avaliação de aspectos temáticos que precedem do mundo subjetivo da voz, que é responsável, segundo o iminente teórico, do julgamento. Essa voz apresenta os benefícios, infelizes, estranhos etc, do ponto de vista da entidade que avalia.

Ainda no mesmo parágrafo, o uso do verbo “*oporem-se*” marca a posição da voz. O ato de se opor indica ser contrário a algo ou à alguém. Ao se posicionar de modo contrário, a voz promove um diálogo com outra, com outro discurso que não está marcado, mas podemos detectá-lo no fio do discurso. A voz responde outra que se remete ao discurso dos ideais da Revolução Francesa e da Revolução Gloriosa – esta última ocorrida na Inglaterra - especialmente aqueles que advogam a questão da igualdade e da liberdade. Essa retomada de outro discurso construído em um momento histórico anterior se constitui uma heterogeneidade constitutiva, uma vez que essa retomada não está marcada no fio do discurso.

Os ideais burgueses surgidos nessas revoluções se espalham pela Europa, confrontando o discurso do Antigo Regime e os privilégios da nobreza a algum tempo. Dentre esses ideais, como já apontados, a liberdade e a igualdade se destacavam, todavia, o arcabouço teórico do liberalismo econômico dava sustentação aos primeiros. Assim, Viotti (*op. cit.*, p. 14) apresenta como característica desse período a concepção de que as leis e os direitos naturais dos homens são supremos e devem ser observados.

Os grupos que se opõem aos ideais abolicionistas são aqueles formados por indivíduos que tinham suas economias aplicadas no sistema escravista. Portanto, os ideais da revolução que depôs o Antigo Regime na França eram considerados perigosos por esses grupos.

Para tais grupos, os direitos da liberdade e igualdade pensados na França no século XVIII dismantlariam o *status quo*, ou seja, toda a hierarquia social brasileira. Assim, esses ideais franceses seriam excessos que deveriam ser combatidos. Para os que confrontavam a propaganda abolicionista, o elemento negro não poderia gozar desses direitos, pois eles se colocavam contrários ao regime escravocrata, atividade que sustentava a economia imperial.

O autor apresenta ainda a classe comercial. Nesse caso, não podemos ter certeza da posição dela frente aos ideais, pois não está claro se o grupo é favorável ou contrário aos ideais libertadores.

No quinto parágrafo, o uso do léxico *gravíssimo* aponta a marca pessoal do autor. Ao mencionar a gravidade do assunto, o autor evidencia a questão para seu público-alvo. Empregando esse termo, o autor trabalha com uma modalização apreciativa. Percebemos que o léxico carrega um valor semântico negativo. Ainda nesse parágrafo, existe uma menção a interesses públicos e particulares. Que interesses seriam esses? Não está claro no discurso, mas analisando o contexto do período, a voz se remete a questão do prejuízo econômico que os proprietários de escravos teriam se a abolição dos cativos fosse aprovada pelos senadores do império.

Quanto aos interesses públicos, existia na época um discurso muito atuante que pregava a concepção de supremacia racial. A raça, então conceito bastante aceito e em evidência, era classificada segundo o critério da cor da pele. Quanto mais clara fosse a pele de um indivíduo, mais elevada era seu status social. Tais ideias ficaram conhecidas como teorias eugenistas. O negro, segundo essa teoria, portava em sua constituição mental, física e em seu comportamento a predisposição para a prática do crime. As classes dominantes viam a liberdade do negro com receio. A lei que dissolveria o cativeiro africano colocaria no mesmo espaço o homem branco e os criminosos. Os interesses públicos mencionados no enunciado se remetiam a essa questão da segregação espacial entre brancos e negros.

### 3.2. Corpus 02

Analisaremos a nota extraída do jornal O apóstolo, publicado em 30 de março de 1884.

“As circunstâncias impele-nos a apressar a abolição em bem do país. Milhões de feras, é verdade que presas, rugem na jaula e esperam o momento de romperem essas cadeias; e se as quebrarem, o que será?  
[...]  
E para que não sejam quais feras bravias e sob seus instintos brutais não ouçam só as vozes das paixões, devemos desde já reformar seus corações pelo ensino moral e religioso.  
[...],  
É preciso que lhes faça compreender os benefícios da liberdade e os deveres do homem livre”.

No primeiro parágrafo o autor utiliza o termo *circunstâncias*. O uso desse léxico aponta para uma voz que dialoga com outra, dialoga com outro texto, mas que não pode ser detectado no fio do discurso. Essas circunstâncias não são apresentadas no decorrer da nota. Existe nesse caso uma heterogeneidade constitutiva, uma vez que o discurso do outro não está marcado, porém percebe-se que o discurso do autor foi

construído a partir de outro mencionado anteriormente. Quanto a isso, “um discurso sempre cita outro discurso. Um texto pode citar outro texto”. (Fiorin, 2007, p. 45).

Ainda no primeiro parágrafo, o uso da expressão “*impele-nos*” apresenta a voz do autor, seu posicionamento favorável aos ideais abolicionistas. Além disso, a modalidade deôntica - *impele-nos* – indica uma atitude sua diante dos fatos. A voz se mostra comprometida com o enunciado. O modo como ele foi construído mostra que o autor se aproxima do grupo que deseja a abolição, como se pertencesse a esse grupo.

Segundo Bronckart (op. cit. p. 331) tais modalizações avaliam elementos do conteúdo temático tomando como base dessa avaliação as opiniões e as regras constitutivas do que ele classifica como mundo social. Os elementos do conteúdo são pensados a partir da noção de pertencimento ao domínio do direito, da obrigação social e da conformidade das normas aplicáveis.

No parágrafo seguinte, o autor apresenta a representação do cativo africano como um animal rude e selvagem. Animais presos em jaulas que podem se romper a qualquer momento e, uma vez livres, trariam problemas.

Nesse enunciado do *corpus* 02 podemos perceber a aproximação com outro fragmento de jornal apresentado no *corpus* 01. Ambos remetem ao contexto que surgirá com a dissolução da escravatura. No primeiro *corpus* não fica claro, o autor se refere apenas a interesses públicos, deixando marcas de discurso que só podem ser detectadas por meio do contexto. No segundo *corpus*, o autor apresenta a questão dos ideais eugenistas por meio de uma construção muito interessante. Usando algumas figuras de linguagem, como na hipérbole *milhões de feras*, o negro, segundo o autor, é visto como uma besta, animalizado, incapaz de ser inserido na sociedade branca. Nos dois *corpus* ocorrem uma heterogeneidade constitutiva.

Nos parágrafos seguintes encontramos a referência ao discurso eugenista. Do mesmo modo que no primeiro *corpus*, a presença do discurso não está marcada, também nesse caso temos a heterogeneidade constitutiva. Os enunciados das duas notas dos jornais analisados citam outros discursos, assim, quando um discurso cita outro, ele se constitui como um sistema aberto. Quanto a essa questão:

[...] se um discurso cita outro discurso, ele não é um sistema fechado em si mesmo, mas é um lugar de trocas enunciativas, em que a história pode inscrever-se, uma vez que é um espaço conflitual e heterogêneo ou um espaço de produção (Fiorin, *op. cit.*, 45).

A liberdade e os deveres citados no último parágrafo remetem-se aos ideais iluministas. Esses ideais são comuns aos enunciados dos trechos selecionados para análise. O discurso iluminista presente no enunciado não está marcado, a heterogeneidade é constitutiva, o discurso do outro pode ser recuperado por meio do contexto.

#### **4. Conclusões Parciais**

Refletindo acerca das análises da pesquisa, constatamos que as vozes presentes nos enunciados dos jornais selecionados apresentam um quase discurso uníssono, ou seja, os diálogos existentes entre os enunciados, assim como as heterogeneidades, apresentaram o perfil dos grupos acerca da abolição. Em outras palavras, os periódicos selecionados, um da província de Minas Gerais e o outro da província do Ceará dialogam por meio de seus enunciados.

Em alguns momentos têm-se a impressão de que os locutores ou autores se conhecem tamanha a aproximação dos discursos, apesar da distância entre as províncias. Até as heterogeneidades são próximas. Os interdiscursos apresentados nos dois periódicos são os mesmos, a questão dos discursos da eugenia e dos ideais oriundos da Revolução Francesa da Revolução Gloriosa.

O discurso que se apresenta como elemento definitivo para se traçar o perfil dos grupos por trás das vozes é quase uníssono. Esse discurso pertence a uma elite detentora do capital econômico e intelectual e nesse momento – pelos menos até meados da década de 1880 não se mostravam favoráveis aos ideais abolicionistas. Economicamente, a abolição significava a ruína financeira das grandes famílias ligadas ao regime da grande lavoura de cana-de-açúcar. A conjuntura nacional dependia da mão-de-obra escrava, ela que movia a economia. Isso explica o grande engajamento dos grupos dominantes na luta pela manutenção da força de produção escrava.

Dissemos no parágrafo acima que o discurso não era uníssono. Isso significa que encontramos vozes contrárias ao discurso da maioria. Algumas vozes detectadas apontam para a defesa da abolição e dos seus propósitos. Essas vozes que se colocavam favoráveis ao fim do regime escravocrata promoviam conflitos as outras vozes, a palavra, ou melhor, os enunciados se apresentavam como arena de luta, como local em que os discursos desejavam se consolidar.

A pesquisa está em fase inicial. O objeto precisa de mais tempo e mais trabalho para aprofundamento, porém os esforços até aqui realizados permitem que percebamos uma pequena fração das vozes presentes nos enunciados de alguns jornais. Assim, pretendemos lançar olhares em periódicos de outras localidades, especialmente naquelas onde o trabalhador de origem negra foi pouco usado.

Ao trabalhar com esses enunciados, a pesquisa abre espaço para um estudo inédito na área da linguística, especialmente na Análise do Discurso.

Outra contribuição se remete ao campo interdisciplinar. A pesquisa trabalha com conceitos de duas áreas: a ciência histórica e a linguística. Essa interdisciplinaridade tão aclamada nos dias de hoje se faz presente nesse trabalho.

## Referências Bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores Porto Alegre: EDPUSCRS, 2004;
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2000;
- BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2000;
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 1999;
- FIORIN, J. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007;
- PINSKY, C. B. *et al.* **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005;
- VIOTTI, E. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008;
- \_\_\_\_\_. **Da Monarquia a República**. São Paulo: UNESP, 2010.

## Notas dos Jornais

NOGUEIRA, Amaro Carlos. **O abolicionismo**. O Baepedyano, Minas Gerais, 5 de junho de 1884;

Sem autoria. A escravidão no Brasil. **A escravidão no Brasil**. O Apóstolo, Ceará, 30 de março de 1984.